

CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS


ALMEDINA

 ces

Centro de Estudos Sociais

Dicionário das Crises e das Alternativas



DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

AUTOR

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado
Universidade de Coimbra

EDITOR

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.
Rua Fernandes Tomás, n.ºs 76, 78 e 79
3000-167 Coimbra
Tel.: 239 851 904 · Fax: 239 851 901
www.almедina.net · editora@almедina.net

DESIGN DE CAPA

FBA

REVISÃO

Victor Ferreira

PRÉ-IMPRESSÃO

EDIÇÕES ALMEDINA, S.A.

IMPRESSÃO E ACABAMENTO

G.C. – GRÁFICA DE COIMBRA, LDA.

Palheira Assafarge, 3001-453 Coimbra

producao@graficadecoimbra.pt

Abril, 2012

DEPÓSITO LEGAL

....

Os dados e as opiniões inseridos na presente publicação são da exclusiva responsabilidade do(s) seu(s) autor(es).

Toda a reprodução desta obra, por fotocópia ou outro qualquer processo, sem prévia autorização escrita do Editor, é ilícita e passível de procedimento judicial contra o infractor.



GRUPOALMEDINA

BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL – CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

Centro de Estudos Sociais – Laboratório Associado

Universidade de Coimbra

DICIONÁRIO DAS CRISES E DAS ALTERNATIVAS

ISBN 978-972-40-4820-8

CDU 316

338

Défice (orçamental)

O discurso dominante sobre a crise tende a enfatizar o problema do desequilíbrio persistente das contas públicas. A atual crise portuguesa seria, nessa perspectiva, indissociável da acumulação continuada de elevados *défices orçamentais*. O défice orçamental é o valor anual (negativo) do saldo global das administrações públicas (Administração Central, Administração Regional e Local e Fundos da Segurança Social), isto é, resulta da diferença entre as receitas e as despesas efetivas do conjunto das administrações públicas e corresponde às necessidades anuais de financiamento do setor público. É habitualmente expresso em percentagem do PIB. A dívida pública é o resultado dos défices acumulados.

Recentemente a proposta de fixação constitucional de um limite para o défice trouxe para o espaço público a discussão em torno da noção de défice estrutural. Este é o valor que se obtém supondo que a economia se encontrava numa situação de produto potencial (ou tendencial). É considerado o valor que resultaria da eliminação da componente cíclica do défice (um valor que permitiria separar o efeito dos estabilizadores automáticos associados à expansão ou contração da atividade económica do efeito das medidas “discricionárias” dos poderes públicos). Na verdade, a ideia da fixação de um teto para o défice dito estrutural é muito discutível. E a recente proposta franco-alemã de fixação desse teto em 0,5% do PIB para os países da zona euro é, acima de tudo, perigosa, podendo constituir um entrave à implementação de políticas orçamentais ativas. A sustentabilidade das contas públicas é essencial. Mas o problema da dívida externa portuguesa é muito mais do que uma questão orçamental. É um problema económico global da economia portuguesa e do seu modo de inserção internacional. Os *défices externos* acumulados ao longo de décadas pelo conjunto da economia portuguesa – incluindo famílias, banca e empresas – não deixam dúvidas quanto à parcialidade de uma visão quase exclusivamente centrada nos défices públicos.

O discurso dominante tem servido sobretudo como arma ideológica no combate às funções sociais do Estado. Um pensamento alternativo sobre a crise deve afirmar que os défices com que a economia e a sociedade portuguesa se confrontam são diversos – orçamentais, externos e sociais. Nesse sentido, bem pode dizer-se que, na verdade, «há mais vida para além do défice».

Vítor Neves